política

Senador Eduardo Braga será o relator do Orçamento 2027

Texto prevê superávit de R$ 18,6 bilhões para o próximo exercício

/ CONGRESSO NACIONAL

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO JC



Braga foi oficializado durante a reunião de líderes partidários

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), será o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), por onde o texto passa antes de seguir para votação nos plenários de Câmara e Senado.

A proposta enviada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional no final de agosto prevê um superávit de R$ 18,6 bilhões em 2027. O projeto de lei, porém, terá de ser ajustado para acomodar as medidas anunciadas antes da eleição, como a compra de dívidas de famílias e o reajuste do Bolsa Família.

Ainda não está claro o tamanho desse ajuste, mas ele será feito por mensagem modificativa, que deverá ser encaminhada para CMO a partir da formalização do relator.

A escolha de Braga como relator foi anunciada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), em reunião com os líderes partidários nesta terça. Braga também será relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto de resolução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

No governo, o emedebista é visto como alguém que dialoga com a equipe econômica e com trânsito entre os líderes partidários. Braga foi o relator da reforma tributária no Senado, projeto do governo Lula aprovado no Congresso em 2024.

Mais do que o PLOA, onde ele discutirá com o governo o tamanho da acomodação de novos gastos, parlamentares preveem dificuldades para o governo na discussão alíquota da CBS, tributo que substitui, a partir de 2027, PIS, a Cofins e o IOF sobre seguros.

A Lei Orçamentária Anual estabelece com o que o governo vai gastar e seus investimentos. A votação do projeto precisa ser precedida da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que ainda não tem relator designado.

Os representantes partidários que integram a CMO estiveram reunidos nesta terça para definir um calendário de tramitação das propostas e também o responsável pelo relatório da LDO. Essa última pendência, no entanto, ficou para quarta, depois de Alcolumbre formalizar as indicações.

A tendência é a relatoria da LDO também ficar com um senador, uma vez que em 2025 o cargo coube a um deputado. Neste ano, com o calendário eleitoral reduzindo o ritmo de trabalho no Legislativo, a comissão de Orçamento praticamente não teve reuniões.

O calendário de votação está apertado. Os dois projetos precisam ser aprovados na CMO e depois em votações nas duas casas legislativas até o dia 22 de dezembro.

Em 2025, o governo federal começou o ano sem orçamento aprovado. No ano anterior, depois de meses de paralisia provocada pela interrupção no pagamento de emendas parlamentares, deputados e senadores votaram apenas a LDO, que estabeleceu um limite de 1/12 do que é previsto para cada órgão no projeto de lei para gastos discricionários, permitindo a execução orçamentária nos primeiros meses de governo.

A LOA de 2025 só foi aprovada na segunda metade do mês de março.

Senado aprova PEC da Segurança em dois turnos por unanimidade

O Senado aprovou no início da noite de ontem, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, uma das principais apostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para 2026. No primeiro turno, foram 73 votos favoráveis e nenhum voto contrário; no segundo, 75 votos favoráveis a zero.

Agora, a proposição aguarda a promulgação pelo Congresso para poder entrar em vigor.

A oposição queria usar a PEC da Segurança para aprovar uma redução da maioridade penal para 16 anos de forma geral e para 14 anos nos crimes hediondos, mas o plenário aprovou um requerimento para transformar em um projeto à parte as duas emendas que tratavam sobre o tema.

Apresentada pelo Executivo, a PEC 18/2025 reorganiza o sistema de segurança pública - com ampliação de atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por exemplo - e visa a fortalecer a integração entre as forças de segurança, sobretudo no combate ao crime organizado.

O texto prevê a criação de polícias municipais, de ouvidorias autônomas e do Sistema de Políticas Penais, para melhorar a administração do sistema prisional brasileiro.

Além da destinação de mais recursos para a área da segurança, com a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição.

O presidente Lula tem sinalizado que, após a aprovação da PEC, criará o Ministério da Segurança Pública. A ideia é que a pasta centralize a interlocução com os Estados na área e coordene medidas para um combate ainda mais efetivo em relação ao avanço de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

Tereza Cristina se candidata à presidência do Senado

A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (PP-MS), reafirmou nesta terça-feira sua intenção de disputar a presidência da casa. Ela afirmou estar em diálogo com Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição ao Senado e aliado do PP, que defendeu o voto aberto entre os legisladores para pressionar quem se elegeu com o apoio do bolsonarismo.

Marinho também tem a intenção de concorrer à presidência do Senado, que será decidida em fevereiro de 2027, por meio de eleição entre os senadores. Segundo Tereza Cristina, ainda não há um acordo com o senador do PL. Outro nome que deve disputar o cargo é o atual presidente da casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), apoiado pelo governo Lula.

Rogério Marinho afirmou que não concorrerá contra Tereza e que o Partido Liberal deve debater nesta quarta-feira a votação aberta para a decisão. Atualmente, a escolha é feita a partir do voto secreto dos senadores, mas o partido avalia defender a abertura das posições, de forma a pressionar parlamentares que poderiam votar pela reeleição de Alcolumbre.

Nesta terça-feira, o senador do PL e a senadora do PP afirmaram que estão dialogando e ambos mantêm a intenção de concorrer até o momento. Segundo Rogério, no entanto, a tendência é que eles não sejam adversários na disputa.

Uma das possibilidades discutidas pela oposição ao governo no Senado é costurar um acordo para que Marinho e Tereza façam um rodízio, com um concorrendo no ano que vem e outro em 2029.

